

## A VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS

Heitor da Silva CAMPOS JÚNIOR<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo apresentar um breve panorama da perspectiva sociolinguística variacionista aplicada à análise do uso variável do artigo definido diante de nomes próprios e pronomes possessivos na língua portuguesa, sobretudo no português brasileiro. Tomando por referência diversos trabalhos que enveredaram nesta perspectiva, buscou-se arrolar as diversas variáveis linguísticas e sociais identificadas, a fim de delimitar os resultados mais proeminentes que fornecerão uma visão mais ampla das restrições que orientam a variação sintática ausência/presença do artigo definido.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Variacionista; Artigo Definido; Língua Portuguesa.

**ABSTRACT:** This paper aims to present a brief overview of the variational sociolinguistic perspective applied to the analysis of the variable use of the definite article before proper nouns and possessive pronouns in Portuguese Language, especially in Brazilian Portuguese. By reference to several works that have gone into this in mind, we sought to enlist the various linguistic and social variables identified in order to delineate the most prominent results that will provide a broader view of the restrictions that guide the syntactic variation of the absence/presence of the definite article.

**Key-words:** Variational Sociolinguistics; Definite Article; Portuguese Language.

Estudos da Teoria da Variação têm evidenciado cada vez mais que a língua varia no espaço, no tempo e entre os grupos sociais de uma comunidade de fala. Diferentes motivações podem ser identificadas na origem de um fenômeno variável que se organiza em padrões estruturados. Nos últimos anos, a partir do grande empreendimento na pesquisa de dados do uso da língua, vislumbra-se um crescente aumento na compreensão dos fenômenos linguísticos variáveis e dos fatores estruturais e sociais inerentes a eles.

Este trabalho, partindo dessa perspectiva, insere-se no âmbito dos estudos sociolinguísticos de vertente variacionista e visa contribuir para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis que podem suscitar controvérsias entre os estudiosos da língua, no caso particular desta proposta de pesquisa, a alternância do emprego ou não de artigo definido diante de nomes próprios e pronomes possessivos, como em:

(1) “Esqueci o nome dela. **Inês**. [...] **a** doutora **Regina** que é a chefona de tudo.”

(2) “Bom, **a** **minha** mãe. **Minha mãe**, ela/ ela é uma pessoa bem de saúde.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo/PPGEL e bolsista da CAPES.

<sup>2</sup> Projeto *Português falado na cidade de Vitória* (PORTVIX).

O artigo, grosso modo, tem recebido nos compêndios gramaticais (Infante, 2001) uma abordagem reducionista, nos quais seu papel morfológico e sintático não o distingue essencialmente dos outros elementos também considerados como *determinantes*, assim como o seu papel semântico não é diferenciado de outros itens gramaticais que com ele compartilham da mesma função dentro da língua. Mesmo entre os gramáticos tradicionais (Bechara, 2005; Cintra; Cunha, 2001; Rocha Lima, 2002), não há consenso cabal acerca do emprego do artigo e as orientações quanto ao uso, muitas vezes, soam superficiais e aleatórias. Além disso, tem se constatado que “o uso dos artigos definido e indefinido não se encaixa na definição de artigo encontrada nas gramáticas” (Lima, 2006, p. 134).

Por se tratar de um fenômeno variável, diversos trabalhos (Amaral, 2003; Callou; Silva, 1997; Callou *et al.*, 2000; Costa, 2002; Silva, 1996a, 1996b) que tratam do artigo, especialmente a questão de sua ausência/presença diante de possessivos e nomes próprios, vêm estudando esse caso de variação morfossintática ao longo dos anos, dentre os quais se destacam como referência para este trabalho, Silva (1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997). Os resultados apresentados nesses estudos são relevantes para esta pesquisa, pois, além de nos permitirem perceber os principais contextos favorecedores e desfavorecedores da presença do artigo diante de pronomes possessivos e nomes próprios na língua portuguesa, nos fornecem um panorama das tendências desse emprego em diferentes regiões do Brasil.

É ponto pacífico entre os pesquisadores que o português, de um modo geral, apresenta historicamente um aspecto específico e diverso da maioria das línguas românicas no que diz respeito ao uso do artigo. Segundo Coelho (1949, p. 5),

Se observarmos o artigo de outras línguas neolatinas, veremos nele uma morfologia uniforme e invariável, ao passo que o da língua portuguesa, atribuindo-lhe idêntica origem morfológica, aparece com aspecto singular, e, apreciado nos seus elementos mórficos, constitui uma palavra sem raiz.

É consenso, também, entre os linguistas, que o uso do artigo diante de nomes próprios e possessivos é facultativo, não chegando a se constituir forma estigmatizada o emprego de uma ou outra construção do tipo:

(3) João terminou seu trabalho.

(4) **O** João terminou **o** seu trabalho.

Todavia, a despeito dessa aparente aceitação uniforme que circunda o entendimento do artigo diante de nomes próprios e possessivos, não se verificam abordagens que especifiquem satisfatoriamente as razões da presença ou ausência do artigo nesses contextos. De acordo com Silva (1996a, p. 122), os autores tradicionais que abordam a questão do artigo diante de possessivo podem ser relacionados em três grupos:

- a) Os que se basearam em literatura portuguesa e partem do princípio de que o uso do artigo é obrigatório, com algumas exceções, casos em que o uso é facultativo ou vetado;
- b) Os que afirmaram ser facultativo o uso do artigo, salvo os casos excepcionais citados, diante dos quais dizem ser obrigatoriamente usado ou não usado;
- c) Os que se basearam mais em literatura brasileira do que portuguesa e que partem do princípio de que não se usa o artigo, salvo em raras exceções.

Sobre os nomes próprios, uma análise superficial nos mostrará que as Gramáticas Tradicionais de língua portuguesa, em linhas gerais, prescrevem que não são acompanhados de artigo definido, principalmente os que se referem a personalidades muito conhecidas, resguardando, contudo, que se o antropônimo vier precedido por um qualificativo, deve ser acompanhado do artigo. Cumpre ressaltar, no entanto, que a maioria dos gramáticos de língua portuguesa reconhece, em contrapartida, que há variação em relação a este fenômeno, apesar de não apresentarem regras categóricas que a justifique. A esse respeito, Cintra e Cunha (2001, p. 223) explanam que

Sendo por definição individualizante, o nome próprio deveria dispensar o artigo. Mas, no curso da história da língua, razões diversas concorreram para que esta norma lógica nem sempre fosse observada e, hoje, há mesmo grande número de nomes próprios que exigem obrigatoriamente o acompanhamento do artigo definido.

Neves (2000), em sua *Gramática de Usos do Português*, declara que o artigo definido é utilizado antes de antropônimos referentes a pessoas conhecidas ou famosas, mormente, no registro coloquial. A autora reconhece, ainda, que este é um uso relacionado ao costume regional, familiar ou pessoal, o que, para ela, explica o fato de haver ocorrências de antropônimos sem o artigo em língua portuguesa.

No que atine à função do artigo definido no sintagma, alguns pesquisadores (Câmara Júnior, 1985; Cintra; Cunha, 2001; Neves, 2000; Vilela, 1999) declaram que ela pode ser interpretada sob dois aspectos diferentes, ou seja, o da determinação e o da substantivação.

Assim, o artigo pode funcionar como determinante do núcleo nominal através de sua carga semântica de definitude, quase sempre particularizando um indivíduo de uma espécie e, por outro turno, também antecede itens lexicais, sintagmas e enunciados, promovendo o processo de substantivação.

Callou *et al.* (2000, p. 82), fazendo referência a Lambrecht (1994), esclarecem que “a categoria de ‘definitude’ corresponde a um traço formal associado a expressões nominais que sinalizam se o referente da sentença é ou não identificável”. Entretanto, ainda destacam que as categorias cognitivas de “identificabilidade” e a gramatical de “definitude” são imperfeitas e imprecisas na análise de língua, uma vez que não “há uma correlação bi-unívoca entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude ou indefinitude gramatical do sintagma nominal que designa aquele referente”. Nesse sentido, Callou *et al.* (2000, p. 82) chamam a atenção para o fato de que “uma evidência dessa falta de correspondência pode ser observada no uso do artigo definido diante de possessivos e de nomes próprios, variável de língua para língua”.

Destarte, verifica-se que não há, entre os gramáticos de língua portuguesa, um consenso em relação ao estabelecimento de regras para o uso/não-uso do artigo definido diante de possessivos e nomes próprios. Conforme esboça Alves (2008, p. 22), o próprio conceito de artigo “é algo que intriga os estudiosos da linguagem, principalmente no que concerne às dicotomias determinação/ indeterminação, definitude/indefinitude.” Nessa perspectiva, Kato (1974), citando Perlmutter (1970), destaca que a oposição que existe e que é relevante é entre a ausência e a presença de artigo definido.

No âmbito dessa problemática, emergem vários questionamentos: o que justifica/motiva a presença ou ausência de artigo definido diante de nomes próprios e de pronomes possessivos? Quais variáveis linguísticas e sociais estão em jogo? Em que medida as definições e restrições postuladas pelas gramáticas tradicionais contemplam a real função do artigo em situações concretas de uso da língua? Quais são as implicações discursivo-pragmáticas das escolhas morfossintáticas?

Neves (2000, p. 391) destaca que a presença do artigo definido é determinada pela intenção do falante bem como pela maneira como o usuário da língua pretende comunicar uma dada experiência. Para a autora, “o uso do artigo é, pois, extremamente dependente do conjunto de circunstâncias, lingüísticas ou não, que cercam a produção do enunciado”. Partindo desse pressuposto, poderíamos supor, como Silva (1996a), que a presença ou não do artigo parece estar relacionada a questões do discurso e a fatores de ordem semântica?

Todas essas questões só poderão ser respondidas levando-se em conta dados reais de fala em uso, através de uma metodologia que seja capaz de sistematizar a heterogeneidade do fenômeno variável em questão. Para tanto, pesquisas já realizadas e outras em andamento nesse âmbito, tomam como base a análise quantitativa e qualitativa de dados de fala obtidos a partir da orientação dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação nos moldes propostos por Labov (1972).

Silva (1982), desde as suas primeiras análises, verificou que os pronomes possessivos apresentam uma série de fatores que atuam no uso do artigo definido diante deles. Em seu trabalho intitulado *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro* (1982), desenvolveu uma investigação da variação do uso do artigo a partir de vários *corpora*, tanto do português de Portugal, em que cotejou textos escritos entre os séculos XV e XX, como do português brasileiro, em que examinou textos escritos entre os séculos XVI e XX, além de um *corpus* alternativo de língua falada. De acordo com Silva (1996a), as principais conclusões desse trabalho foram:

- 1) Houve um crescimento constante do percentual da frequência de aplicação do artigo em Portugal a partir do século XV, o que não se verificou significativamente no Brasil. Ressalta-se o fato de que o uso do artigo no Brasil no século XX corresponde à frequência deste emprego em Portugal nos séculos XV e XVI
- 2) Existe uma sutil diferença semântica entre construções como “seu livro” e “o seu livro”, denotando que o uso do artigo estaria relacionado à questão da especificidade na medida em que os elementos não-especificados favorecem menos o uso do artigo do que aqueles especificados.
- 3) Quando o possuído é claramente específico, o artigo é menos empregado, como nos casos de parentesco. Em Portugal, este é o único fator que desfavorece o uso do artigo antes de possessivo.
- 4) A ausência de artigo em vocativos é categórica e bastante significativa em apostos, o que se justifica pelo caráter de alta especificação dessas classes.
- 5) Os possessivos precedidos por preposições com as quais o artigo possa se contrair são utilizados quase categoricamente com o artigo.
- 6) A forma *seu*, quando comparada a *meu* e *nosso*, desfavorece consideravelmente o uso do artigo.

Silva (1996a) constatou que algumas das variáveis levantadas, como a oposição *singular/plural* e *especificado/não-especificado*, não requeriam maiores detalhamentos. Outras, contudo, sugeriram ser necessária uma análise mais acurada em busca de explicações

satisfatórias sobre, por exemplo, o funcionamento da variável *parentes versus não-parentes*, que havia apontado significativos resultados regulares ao longo dos séculos tanto em Portugal quanto no Brasil. A autora julgou conveniente observar como se movimentava no discurso a noção de especificidade do falante para o ouvinte.

Nesse ínterim, Silva (1996a) destacou, dentre as variáveis comuns a artigos diante de possessivos e de patronímicos, a variável *status informacional*, pela qual controlou o efeito das categorias *novo (ancorado)* e *não-novo*. Essa variável discursiva mostrou que, tanto em possessivos como em patronímicos, o fato de o personagem ou o possuído ter sido mencionado ou não influi estatisticamente, com a informação nova favorecendo mais o uso de artigo.

A autora considerou, ainda, de um lado, variáveis específicas para os patronímicos, como *personagem de domínio público* e *familiaridade de tratamento*, e por outro, variáveis próprias dos possessivos, a fim de refinar, por exemplo, o fator *não-parente*. Grosso modo, Silva (1996a) registrou que, em relação às variáveis exclusivas dos patronímicos, há uma relevante correlação entre a realização de artigo e a familiaridade com a entidade mencionada, de modo que quanto maior for o grau de familiaridade do falante em relação ao personagem citado, maior será o uso do artigo.

No que diz respeito à variável semântica própria dos pronomes possessivos, que categorizou o possuído em conformidade com o seu maior ou menor grau de inerência, Silva (1996a) constatou que quanto maior for o grau de inerência maior será o uso do artigo, sendo que o fator *partes do corpo*, que denota o maior grau de inerência dentre os fatores analisados, favoreceu mais significativamente o uso do artigo.

Em suma, a autora concluiu que, em termos das variáveis linguísticas que atuam sobre a realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de nomes próprios de pessoa, de um modo geral,

Foi grande a regularidade das duas regras, mas a do artigo diante do possessivo o foi ainda mais. Por regularidade quer-se dizer que os índices de frequência geral se repetem com pouca dispersão em todos os falantes e que a influência das variáveis, medida em porcentagem, tende a ocorrer no mesmo sentido na maioria dos falantes (Silva, 1996a, p. 138).

Em trabalho complementar, Silva (1996b) dedicou-se ao estudo das variáveis sociais envolvidas no fenômeno linguístico em questão, que haviam sido negligenciadas na pesquisa anterior. Em ambos os fenômenos relativos ao uso do artigo, ou seja, tanto diante de possessivo como diante de nome próprio, a autora verificou um forte paralelismo. Por outras

palavras, nestes dois fenômenos, o uso do artigo estava intrinsecamente relacionado à escolarização, bem como a outras variáveis estratificadas, como idade e sexo, que influíram diretamente em ambos os fenômenos. Ela observou, por exemplo, que

Na parte referente a artigo diante de possessivos, viu-se que o cruzamento das variáveis escolarização e sexo não se mostrou significativo. Mas o emprego do artigo diante de patronímicos mostrou diferenças no cruzamento das variáveis sexo e escolarização, já que as mulheres empregam o artigo de modo ligeiramente mais regular à medida que se escolarizam (Silva, 1996b, p. 276).

Em síntese, a partir da análise dessas variáveis sociais, dentre outras não-estratificadas, como a influência da mídia e do mercado ocupacional – que não se mostraram relevantes, Silva (1996b) destacou dois fatos interessantes. Primeiro, a clara e coerente estratificação social desses fenômenos a despeito de não serem estigmatizados nem tão pouco valorizados socialmente. Em segundo lugar, o proeminente paralelismo entre esses dois fenômenos, que já havia sido notado também em relação às variáveis linguísticas, sugere que é o artigo definido e a própria definitude que merecem maior atenção e estudos mais aprofundados.

Callou e Silva (1997) também empreenderam um profícuo estudo do uso do artigo nos contextos específicos de possessivos e nomes próprios. Partindo de trabalhos anteriores (Callou, 1992; Silva, 1982), tomaram por base dois corpora: um de língua escrita, do Brasil e de Portugal, conforme mencionado anteriormente, e outro de língua oral, composto por falantes com curso universitário completo de cinco capitais brasileiras que compuseram o Projeto NURC/Br. Segundo as autoras,

O interesse deste fenômeno variável, não estigmatizado nem valorizado socialmente, prende-se não só a aspectos teóricos sobre definitude, mas também à questão da mudança linguística, razão pela qual se observa a sua evolução através do tempo (Callou; Silva, 1997, p. 12).

Por meio do programa computacional VARBRUL, e também utilizando uma metodologia sociolinguística quantitativa laboviana, Callou e Silva (1997) estabeleceram diversos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, como gênero, faixa etária, região de origem do locutor e tipo de entrevista. Os grupos que se revelaram estatisticamente mais significativos em ambos os contextos analisados foram: *presença de preposição, função sintática, tipo de possuído/grau de familiaridade, região de origem e prosódia*.

As autoras observam que a ocorrência de preposições com artigos foi sempre tão marcante que, em pesquisas anteriores, aquelas preposições com as quais o artigo definido

pudesse se contrair foram descartadas, já que favoreciam quase categoricamente o uso de artigo diante de pronomes possessivos. Os resultados deste trabalho (Callou; Silva, 1997) corroboram aqueles encontrados anteriormente (Callou, 1992; Silva, 1982, 1996a, 1996b), isto é, a presença de preposição favorece o uso do artigo, uma vez que a sua ausência ocasiona a diminuição do peso relativo, bem como a presença daquelas que admitem contrair-se com o artigo tendem a duplicar o peso relativo, atingindo uma probabilidade de uso acima de 0.70.

No que diz respeito à relevância da função sintática do sintagma nominal onde se encontra o possessivo, conforme havia sido apontado por Câmara Júnior (1978), Callou e Silva (1997) constataram que o possessivo ocupa preferencialmente a posição de sujeito ou tópico, objeto ou predicativo, de modo que quando o sintagma nominal equivale ao antitópico, o artigo quase não é empregado. Sumarizando, diante de possessivos, verificou-se uma maior frequência de uso do artigo em sintagmas nominais na função de sujeito e uma menor aplicação em sintagmas nominais na posição de objeto. Em relação aos nomes próprios, o uso de artigo é mais frequente em antropônimos com a função de adjunto adverbial e tópico.

Sobre o tipo de possuído, Callou e Silva (1997) chamam a atenção para o fato de que ele “constitui o único fator mencionado pelas gramáticas, principalmente as de Portugal, para explicar a ausência de artigo diante de nomes de parentesco. Uma análise mais acurada da variável semântica *parentes versus não-parentes*, conforme esboçado anteriormente no referido trabalho de Silva (1996a), revelou não ser exatamente o caráter hiper-definido do nome de parentesco o responsável pela restrição do artigo, já que outros tipos de relações humanas também inibiram o seu uso. Destarte, para Callou e Silva (1997, p. 19-20),

A hipótese que está em jogo talvez seja o maior ou menor grau de posse, em ordem crescente de inerência: primeiro, relações humanas, em geral, que, na verdade, nem representam posse – depois, parentes consangüíneos únicos (pai e mãe); parentes consangüíneos, possivelmente, não-únicos mas próximos (filhos, irmãos); parentes não-consangüíneos, teoricamente únicos (marido, mulher); parentes mais longínquos e não únicos (tios, primos); relações únicas (dentista, patrão); relações não-únicas (vizinho, amigo). Também discriminaram-se os não-parentes, seguindo um critério análogo: abstrações únicas ou não (vida, pensamento); objetos não-únicos (livro, caneta); objetos que parecem ser inerentes na nossa cultura (carro, escova de dente); partes do corpo, inerentes em qualquer cultura.

Os resultados encontrados por Callou e Silva (1997), de fato, confirmaram essa hipótese: a inerência de posse atua de tal maneira que todos os tipos de relações humanas, sejam parentes ou não, favorecem menos o uso do artigo do que objetos, concretos ou



abstratos, que podem ser verdadeiramente possuídos. O grau de familiaridade, mencionado pelos gramáticos como favorecedor do uso de artigo diante de antropônimos, apresentou-se relevante apenas nos dados do Rio de Janeiro, tanto entre os falantes de escolaridade menor como os de escolaridade maior.

Em relação à região de origem, embora não fosse esperada significativa diferença entre as cinco cidades contempladas pelo Projeto NURC, uma vez que, de um modo geral, as discrepâncias mais salientes entre as regiões são de ordem fonética e o fenômeno em questão é de natureza morfossintática, a variável região geográfica surpreendeu, apresentando resultados distintos, mas coerentes, tanto no contexto de possessivo como de nome próprio, conforme se pode verificar nos quadros seguintes.

### QUADRO 1

Aplicação do artigo diante de possessivos, por região geográfica

Região	Aplic.	%	P.R
Recife	59/98	60	,35
Salvador	57/87	66	,38
Rio de Janeiro	280/399	70	,54
São Paulo	147/209	70	,50
Porto Alegre	26/33	79	,70

Fonte: Callou; Silva (1997, p. 21).

### QUADRO 2

Realização do artigo diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	RE	SSA	RJ	SP	POA
<b>Freq.</b>	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
<b>(%)</b>	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)
<b>P.R</b>	,20	,30	,52	,88	,81

Fonte: Callou; Silva (1997, p. 22).

No que atine ao grupo de fatores que controlou as implicações da prosódia sobre o fenômeno em questão, foram testados aspectos como a extensão do pé métrico e o ambiente prosódico. Callou e Silva (1997) verificaram, então, que o artigo, diante de possessivo, ocorre preferencialmente nos pés métricos mais curtos, o que se justificaria em função da preservação do equilíbrio rítmico da sentença. Nesse âmbito, as autoras destacam que

Embora, no início, se tenha tentado verificar se era a posição que o possessivo ocupa no discurso – início de parágrafo ou oração – que condicionaria o uso do artigo, chegou-se à conclusão de que parece ser o ambiente prosódico e não o sintático que determina a sua presença. Quando o possessivo inicia o pé métrico, antepõe-se a ele, com maior frequência, o

artigo definido, tendo o possessivo, ao que tudo indica, nesse caso, a função de foco contrastivo, definidor (Callou; Silva, 1997, p. 23).

No contexto dos antropônimos, as autoras observaram, ainda, a tonicidade da sílaba inicial da palavra e sua extensão. Os resultados revelaram uma maior incidência de artigo em vocábulos de até duas sílabas, provavelmente – e como observado em relação aos possessivos – em função da preservação do equilíbrio rítmico do sintagma.

Por fim, vale destacar, que este artigo constitui-se em uma análise preliminar da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de nomes próprios e pronomes possessivos, sendo parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, em andamento, que visa avaliar como esse fenômeno é sistematizado na variedade linguística capixaba em relação à variedade linguística de outras comunidades brasileiras.

A identidade linguística do capixaba, de acordo com Yacovenco (2009), não é fenômeno sobre o qual se tenha grande conhecimento. Pode-se afirmar, inclusive, que traços característicos dessa identidade não são imediatamente perceptíveis para quem entra no Espírito Santo pela Grande Vitória (ES), nem mesmo para os próprios capixabas. Nesse sentido, alguns trabalhos e projetos têm sido empreendidos no sentido de traçar a identidade linguística capixaba, aos quais este se soma a fim de colaborar para o conhecimento de alguns aspectos morfosintáticos regionais e, num espectro mais amplo, contribuir com uma base de dados maior, isto é, integrar a amostra de dados da variedade linguística da comunidade de fala brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolingüístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CALLOU, Dinah. **A variação no português do Brasil**. Conferência realizada como prova do Concurso de Professor Titular. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CALLOU, Dinah *et al.* Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais. **Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos**, Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 4, n. 2, p. 81-88, jul./dez. 2000.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

COELHO, José Vieira. **Funções do Artigo**. Vitória: [s.n.], 1949.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 2001.

KATO, Mary Aizawa. **A semântica gerativa e o artigo definido**. São Paulo: Ática, 1974.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pensilvânia: University Press, 1972.

LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. O artigo sob uma perspectiva filosófica, gramatical e lingüística. In: LIMA, M. A. Ferreira; FROTA, Wander Nunes (Org.). **Phoros: Estudos Lingüísticos e Literários**. Rio de Janeiro: Caetés, 2006. v. 1.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. Tese (Doutoramento em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a.

VILELA, M. Substantivo e artigo. In: VILELA, M. (Org.). **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. **Em busca da identidade lingüística capixaba**. Comunicação oral apresentada no ABRALIN EM CENA VITÓRIA, 2009.